



ÉTICA GERAL E PROFISSIONAL

SUMÁRIO

ÉTICA GERAL E PROFISSIONAL.....	1
NOSSA HISTÓRIA.....	3
1. INTRODUÇÃO.....	4
2. ÉTICA.....	5
2.1 A Idade Antiga	7
2.1.1 Aristóteles	8
2.1.1 Sócrates.....	8
2.1.3 Platão.....	9
3. MORAL	10
3.1 Relação ética e moral	12
4. ÉTICA CRISTÃ.....	13
4.1 Idade Média	14
4.1.1 Santo Agostinho	15
4.1.2 Tomás de Aquino	16
4.2 Ética protestante e o espírito do capitalismo (Weber)	17
4.3 Immanuel Kant.....	18
4.3.1 Moral kantiana	23
5. ÉTICA PROFISSIONAL	24
5.1 Deontologia.....	24
5.2 Códigos de ética	25
5.2.1 Tipos de código de ética	26
5.2.2 Tendências códigos de ética profissional	28
4.2.3 Características Fundamentais de uma Conduta Ética.....	28
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
7. REFERÊNCIAS.....	33

NOSSA HISTÓRIA

A nossa história inicia com a realização do sonho de um grupo de empresários, em atender à crescente demanda de alunos para cursos de Graduação e Pós-Graduação. Com isso foi criada a nossa instituição, como entidade oferecendo serviços educacionais em nível superior.

A instituição tem por objetivo formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua. Além de promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicação ou outras normas de comunicação.

A nossa missão é oferecer qualidade em conhecimento e cultura de forma confiável e eficiente para que o aluno tenha oportunidade de construir uma base profissional e ética. Dessa forma, conquistando o espaço de uma das instituições modelo no país na oferta de cursos, primando sempre pela inovação tecnológica, excelência no atendimento e valor do serviço oferecido.

1. INTRODUÇÃO

Todos os indivíduos possuem princípios, valores e normas internalizadas que regem as suas ações frente a diversas situações. Chamamos de moral esse conjunto de atitudes internalizadas que fundamenta o comportamento dos indivíduos. A ética é uma disciplina que aplica o método crítico e reflexivo, próprio da filosofia, ao estudo da moral.

É importante ressaltar que a moral não é constante para todos os sujeitos e todas as culturas, as normas e valores estão em constante transformação no tempo e no espaço. Desse modo, aquilo que parece "correto" para uma sociedade, pode não ser da mesma forma em outras, e assim se procede para todos os outros conceitos fundamentais na investigação ética: "bom e ruim", "bem e mal", "justo e injusto". A moral é, antes de tudo, construção social que orienta a conduta dos indivíduos através de princípios, regras, valores, proibições e permissões. É um conjunto de conteúdos teóricos que precedem a ação.

Apesar de os indivíduos internalizarem os valores, princípios e normas da cultura dos grupos e instituições sociais aos quais pertencem, a moral também é variável no nível intersubjetivo, mesmo em uma mesma cultura.

Por isso, a presente disciplina será apresentada algumas das mais importantes concepções, conceitos e juízos norteadores da filosofia ética de alguns autores que se dedicaram ao campo, com foco nas perspectivas da convivência e do entendimento, que são consideradas essenciais para um convívio harmônico em sociedade.

2. ÉTICA

A palavra Ética é de origem grega, derivada da etimologia de “*ethos*”, que está relacionada aos costumes e aos hábitos dos homens. Na Grécia, o homem aparece no cerne da política, da ciência, da arte e da moral, visto que de acordo com a cultura, até os deuses apresentavam características humanas, possuindo assim defeitos e qualidades.

Em Roma, Ética deriva do latim “*mores*”; que significa “moral”, e segundo o direito romano, remete às normas de conduta e aos princípios que regem uma sociedade ou um determinado grupo.

Os estudos sobre o assunto lidam com a compreensão das noções e dos princípios que orientam as bases da moralidade social e da vida individual, além de tratar de uma reflexão sobre o valor das ações sociais, consideradas tanto no âmbito coletivo, quanto no âmbito individual. Diversos são os autores que conceituam a Ética, podendo ser descrita como, por exemplo, um conjunto de valores morais e princípios que norteiam a conduta humana na sociedade ou então como uma parte da filosofia (também pertinente às ciências sociais) que lida com a compreensão das noções e dos princípios que sustentam as bases da moralidade social e da vida individual. Para SROUR, a ética é:

Um saber científico que se enquadra no campo das Ciências Sociais. É uma disciplina teórica, um sistema conceitual, um corpo de conhecimentos que se torna inteligível aos fatos morais. Mas o que são fatos morais? São os fatos sociais que dizem respeito ao bem e ao mal, juízos sobre as condutas dos agentes, convenções históricas sobre o que é certo e errado, justo e injusto, o que é certo ou errado? Toda coletividade formula e adota os padrões morais que mais lhe convém”. (SROUR, 2003, p. 7-8).

Os estudiosos da época faziam crítica da realidade social e, a partir dela, ofereciam ideias e direcionamentos (valores) orientadores para a conduta das pessoas, o que tinha como objetivo evitar os infortúnios que levariam ao desaparecimento do *ethos* comum.

Assim, a sociedade de posse destas ideias, passou a orientar e educar as novas gerações de acordo com estes valores e muitas vezes, por ser um novo dever, o Estado transformava tais normas em leis, até que tais condutas fossem

incorporadas à consciência individual. Dessa forma, progressivamente foram estruturados os valores que hoje consideramos essenciais.

A separação entre o bem comum e o bem individual (o público e o privado), que começa a ocorrer durante o período da decadência grega, justifica a necessidade de uma teoria que explicasse a dualidade entre moral e ética.

A atual visão de Ética se deve muito a Platão. A Ética de Platão relaciona-se intimamente com sua filosofia política, pois, segundo o filósofo, a “*polis*” (cidade-estado) é o terreno próprio para a vida moral. Assim, buscou em seus estudos, um Estado ideal, um estado modelo e utópico, tendo o corpo do ser humano como parâmetro.

O agir ético perpassa a simples reprodução de ações das gerações anteriores e se dá através de uma atividade reflexiva, que orienta a ação a ser seguida, num determinado momento da vida pessoal. É com o surgimento de questionamentos sobre a validade de determinados valores ou costumes, ou mesmo quando a realidade exigia novos valores que pudessem orientar a ética, que surge a necessidade de uma teoria que justificasse este novo agir, já que é impossível uma ação ética sem que o agente dela compreenda sua racionalidade.

Pode-se considerar que o agir ético é impossível sem uma reflexão entre o que se deve fazer e o que se gosta de fazer em um determinado momento. Isso tendo em vista que a ação ética deve ocupar-se da busca do bem comum e consiste na recusa de todas as ações que possam propiciar o mal.

Vale ressaltar que o agir ético é mais que um conjunto de preceitos relacionados à cultura, às crenças, às ideologias e às tradições de uma determinada sociedade, comunidade ou mesmo grupo de pessoas.

Embora a Ética ou Filosofia Ética seja um assunto basicamente filosófico possui, contudo, o campo de reflexão e atuação estendidos a todas as áreas do conhecimento/saber, como a teologia, a filosofia, a psicologia, o direito, a economia e tantas outras.

Para que haja mais entendimento sobre a Ética ou Filosofia da Ética, a apresentação da sua evolução histórica faz-se necessária e, sendo assim, serão vistas a seguir.

2.1 A Idade Antiga

A Idade Antiga é representada pelos filósofos Sócrates, Platão e Aristóteles e é nessa época que a ética adquire extremo valor. Esses filósofos se preocupavam com o ser no mundo físico, voltados aos problemas sociais e morais. Embora não haja propriamente coesão no pensamento e doutrina dos três, ainda assim suas ideias tornam-se próximas no sentido da reflexão acerca do homem e da cidade. O estudo da Ética, pode-se dizer, que teve início com os filósofos Sócrates, Platão e Aristóteles.

O livro “Ética a Nicômaco”, de Aristóteles, é uma obra de referência, em que a ética é considerada a felicidade (eudaimonia) e sua finalidade suprema.

Nessa época, a questão da ética era o bem supremo da vida humana e, de acordo com Passos (2004, p. 32), “não devia consistir em ter a sorte ou ser rico, por exemplo, e sim em proceder e ter uma alma boa”.

Para Sócrates a questão ética era o que bastava ao homem saber, ou seja, ter bondade para ser bom. O conhecimento era uma virtude, porque pensava que com ele o homem conseguia ser bom e ter a felicidade. E assim, por esse motivo, observa-se que há um entrelaçamento entre bondade, conhecimento e felicidade.

Já para Platão a definição de cidade (*polis*) perfeita estava baseada em valores éticos e morais. Colocava que os conceitos da mente humana não eram reais, mas sim, imagens reflexas. Diferentemente de Sócrates, Platão considerava que a moral era a arte de preparar o indivíduo para a felicidade e não era encontrada na vida terrena.

Em Aristóteles, a felicidade, finalidade suprema da ética, só poderia ser alcançada se o homem fosse capaz de moderar suas paixões. Preocupou-se com a forma como as pessoas viviam em sociedade e contribuiu muito para o entendimento da ética e a busca da felicidade individual e coletiva.

As ideias defendidas por Sócrates foram consideradas um marco da filosofia, tanto que os filósofos que o antecederam ficaram conhecidos como “pré-socráticos”.

É necessário registrar aqui que os pré-socráticos também eram conhecidos como naturalistas, o mesmo como filósofos da natureza, devido à preocupação em entender as coisas, dar explicação para a natureza e para o mundo.

2.1.1 Aristóteles

Nasceu na Macedônia, na cidade de Estagira, no ano de 384 a.C. Seu pai chamava-se Nicômaco e exercia a profissão de médico do rei da Macedônia. No ano de 367 a.C., quando tinha aproximadamente 17 anos, foi enviado à cidade de Atenas para completar sua educação, devido a intensa vida cultural daquela cidade, o que lhe possibilitou mais conhecimento. Ingressou na Academia de Platão e estudou ali até o ano da morte do seu mestre, quando consolidou sua vocação para filósofo.

Em 343 a.C., Aristóteles foi chamado para ser mestre do jovem Alexandre, o rei da Macedônia, quando este ainda tinha 13 anos. Posteriormente o filósofo voltou a Atenas, em 335 a.C., e fundou sua própria escola, o Liceu, cujos alunos eram chamados de peripatéticos. Morreu em 322 a.C.

Aristóteles em suas reflexões sobre como o homem poderia viver uma boa vida, afirmava que a felicidade era a finalidade de todo homem e a plena realização humana era a contemplação do exercício da razão humana. Ensinava que há três formas de alcançar a felicidade: pela virtude, pela sabedoria e pelo prazer.

O pensamento moral de Aristóteles está exposto em obras como *Ética a Nicômaco*, *Ética a Eudemo* e *A Grande Ética*. Suas obras foram as mais discutidas e comentadas da Antiguidade, deixando uma importante herança para a história da cultura e da filosofia.

2.1.1 Sócrates

Sócrates, Platão e Aristóteles são os pensadores gregos mais estudados e citados no campo da Ética. De um modo geral, afirmavam que a conduta do ser humano deveria ser pautada no equilíbrio, a fim de evitar a falta de ética. Pregavam a virtude, a estreiteza moral e outras atitudes voltadas para a ética.

Sócrates nasceu em Atenas, provavelmente no ano de 470 a.C., e tornou-se um dos principais pensadores da Grécia Antiga. Aprendeu música e literatura, mas se dedicou à meditação e ao ensino filosófico. Desde jovem, ficou conhecido pela sua coragem e pelo seu intelecto. Serviu no exército, desempenhou alguns cargos políticos e foi sempre modelo irrepreensível de bom

cidadão. Desde a juventude, Sócrates tinha o hábito de debater e dialogar com as pessoas de sua região.

Não fundou uma “escola de pensamento”, pois preferiu realizar seu trabalho em locais públicos, principalmente nas praças e ginásios. Costumava agir de forma descontraída e descompromissada, dialogando com todas as pessoas, o que fascinava jovens, mulheres e políticos da sua época.

Para Sócrates, virtude é sabedoria (*sofia*) e conhecimento; já o vício é o resultado da ignorância. O pensador também é conhecido pelas frases célebres como: “Conhece-te a ti mesmo” e “Sei que nada sei”.

Sócrates, devido sua liberdade de expressão e as fortes críticas que fazia à política da Grécia, foi acusado de corromper os jovens da época e foi condenado a beber cicuta, morrendo em 399 a.C.

2.1.3 Platão

Platão nasceu em Atenas, em 427 a.C. e morreu em 347 da mesma Era e pertenceu a uma família rica da alta aristocracia grega.

A descoberta da metafísica lhe foi atribuída, cujas reflexões filosóficas culminam para o mundo das ideias. Segundo a Teoria das Ideias de Platão, existiam dois mundos; o primeiro composto por ideias imutáveis, eternas, invisíveis e diferentes das coisas concretas; o segundo, o mundo real, constituído por réplicas das ideias (coisas sensíveis), cópias imperfeitas e mutáveis. Ao contrário do que se pode pensar, o mundo das ideias de Platão era o lugar das coisas verdadeiras, enquanto o mundo real era o lugar em que reinavam as aparências e as sombras.

Segundo esta premissa, o homem não podia deixar-se levar pelos sentidos, pois estes lhe passam uma percepção distorcida das coisas que o rodeiam. Assim, a verdadeira realidade só poderia ser atingida e, verdadeiramente compreendida, por intermédio da razão. Vale destacar que Platão também afirmava que o bem é um molde sobre o qual deveria se processar toda a ação humana. Entendia que o elemento da vontade do homem deveria estar sempre voltado para o bem.

Platão também direcionou seus estudos para a área da política e da reforma social, em decorrência do seu envolvimento com a difícil situação de Atenas, após a Guerra do Peloponeso. Para ele, a “*pólis*” é o próprio terreno da

vida moral e que a ética, e que, necessariamente, desemboca na política. Reconhecia como “classes superiores” os governantes e os guerreiros, em razão de suas atividades de contemplação, de guerra e de política. Já as “classes inferiores” eram as dos artesãos, devido ao desprezo do pensador pelo trabalho físico – e dos escravos – considerados pela sua sociedade como desprovidos de virtudes morais e de direitos cívicos.

A Ética de Platão dava-se de acordo com as ideias dominantes, ou seja, a partir da realidade social e política daquela época.

3. MORAL

A palavra “moral” originou-se do termo latino “*morales*” que significa “relativo aos costumes”. A moral estabelece regras que são assumidas pela pessoa, como uma forma de garantir o seu bem viver. Independente das fronteiras geográficas e garante uma identidade entre pessoas que, sequer, se conhecem, contudo, utilizam este mesmo referencial moral comum.

O estudo da Moral, das regras e dos costumes é, pois relevante, principalmente para humanizar as relações econômicas, assim como o mundo materializado dos dias atuais.

O dicionário Aurélio (2010) define moral como sendo “de acordo com os bons costumes. Que é próprio para favorecer os bons costumes. Relativo ao espírito; intelectual (por oposição ao físico, ao material)”. E no que tange o significado de moral Leonardo Boff (2014) traz uma série de exemplos e afirmações para conceituar esse termo.

Então, o que é agir conforme a moral? O que é o agir imoralmente? Ou o que é uma atitude amoral? Como podemos diferenciá-los? De forma bem resumida pode-se dizer que:

- Moral – é agir conforme os valores da sua organização ou sociedade sem prejudicar os outros.
- Imoral – é uma atitude que vai contra as normas e valores de uma organização ou sociedade e que prejudica os outros.
- Amoral – é quando uma atitude não influi, nem positiva e nem negativamente, ou seja, é uma ação neutra.

Pode-se concluir que uma atitude moral é uma ação positiva, uma atitude imoral é uma ação negativa e uma atitude amoral é uma ação neutra. Dessa forma, no âmbito da moral, decidir como agir é uma questão de prática, enquanto

que no âmbito da ética, é refletir sobre as ações e as implicações sobre a felicidade humana.

A forma concreta como a ética é vivida depende de cada cultura, que é sempre diferente da outra. Um indígena, um chinês, um africano vivem de um jeito o amor, o cuidado, a solidariedade e o perdão e a esse jeito diferente chamamos de moral.

Existe só uma ética e ela é para todos. Já a Moral existe muitas e é consoante com as maneiras diferentes de como os seres humanos organizam a vida. Exemplificando praticamente: o importante é ter uma casa (ética); o estilo e a maneira de construí-la pode variar (moral); pode ser simples, rústica, moderna, colonial, gótica, mas deve ser casa habitável. É assim é com a ética e com a moral.

Vale destacar que a moral não se reduz apenas ao seu aspecto social, pois na medida em que desenvolvemos nossa reflexão crítica, passamos a questionar os valores herdados, para então assim decidir se aceitamos ou não as normas. A ética se move historicamente, se amplia e se adensa. A ética tanto quanto a moral não são um conjunto de verdades fixas e imutáveis.

Por isso, pode-se considerar que entre a Moral e a Ética há uma tensão permanente, já que a ação moral busca uma compreensão e uma justificação crítica universal e, a Ética exerce uma permanente vigilância crítica sobre a Moral para reforçá-la ou transformá-la.

A palavra moral vem de “*mores*”, origina-se do termo latino plural que significa costumes, hábitos, fazendo com que se equivalha às atitudes e às normas que se estabeleceram como hábito de boa convivência e de bom comportamento. Sendo assim afirma-se que moral é um conjunto de atitudes regidas conforme regras, e é por isso que se considera moralmente correta a pessoa que mantém, costumeiramente, uma determinada postura frente as coisas e as pessoas, adotando um estilo de comportamento. Contudo, também se considera moralmente correta a atitude de quem devolve uma carteira de documentos e dinheiro que encontrou na calçada, mesmo que tal pessoa possa normalmente não se comportar tão corretamente. Desta forma, pode observar que o bem e o mal são reconhecidos assim, devido ao cumprimento ou descumprimento dessas regras, desses costumes. E, dessa maneira, também se observa que se não existissem regras ou hábitos estabelecidos não haveria bem e mal.

Outro modo de dar conta da existência da moral consiste em assinalar o que se vive em situações concretas do cotidiano, podendo ser no âmbito individual, de grupos humanos ou mesmo nacionais. Alguns exemplos revelam aquilo que chamamos “senso moral”, é o que acontece quando nos sensibilizamos com o fato de haver tanta gente morrendo de fome, enquanto há um desperdício enorme de alimentos; quando ouvimos todos os dias notícias de mortes pela violência no trânsito, de chacinas de pessoas ou até de animais, de sequestros, de estupros, de torturas e nos indignamos com isso. Ao mesmo tempo convivemos e confrontamos com situações difíceis de ser resolvidas no campo prático da moral, considerada uma dualidade humana, como por exemplo: aceitar ou não uma tarefa que possibilita obter recursos financeiros para o sustento da família, mesmo quando se sabe que o cumprimento da tarefa não condiz com a legislação em vigor; desligar ou não os aparelhos que mantêm viva uma pessoa, quando tudo indica que já não existe possibilidade de uma vida digna ou mesmo razoável sem o uso dos aparelhos. Essas situações existem e põem em questão ou a prova nossa consciência moral.

3.1 Relação ética e moral

Frequentemente se confunde ética com moral e isso tem uma razão de ser. É que a palavra “moral” vem do latim “*mos*” (singular) e “*mores*” (plural), que significa “costumes” e a palavra “ética” vem do grego e possui o mesmo significado, ou seja, “costumes” e por isso, utiliza-se a expressão “bons costumes” como sinônimo de moral ou moralidade.

A Moral está mais relacionada às crenças estruturadas em valores acumulados desde a mais tenra infância e transmitidos pelos grupos sociais de interação afetiva, tais como a família e a Igreja. Está diretamente relacionada à consciência de que é o “*lócus*” privilegiado dos valores, enquanto a Ética é a exteriorização da conduta humana em sociedade.

Sendo cultural, a Moral é o conjunto de regras que são impostas às pessoas pelo grupo que pertencem, numa ação coletiva, que tendem a agir de determinada maneira, que são consolidadas através de práticas e costumes observadas no geral, muitas vezes devido ao receio de uma reprovação social (a pressão é externa). Assim, partindo deste pressuposto, considera-se que todo ser

humano é moral ao cumprir as normas de conduta oriundas de um conjunto de crenças inquestionáveis existentes dentro de uma cultura.

A Ética é perene, porque suas reflexões são num curso contínuo e eterno, o que reafirma que sempre haverá reflexões sobre esse tema. Já a Moral é temporal, porque o tempo, os costumes e valores de uma sociedade se modificam para atender e se adequar a uma época. A Ética é universal, porque suas reflexões independem da cultura, da sociedade ou mesmo do tempo histórico; cabe em qualquer lugar e em qualquer tempo, mas sempre refere-se ao comportamento humano. A Moral é cultural, porque em cada sociedade e em cada lugar, os costumes e valores são diferentes. A Ética é regra, pois não existe mutabilidade nas suas reflexões, mas suas reflexões podem ser realizadas perante as mudanças. A Moral é conduta de regra, porque é preciso relacionar os valores para que assim possa instituir a conduta. A Ética é teoria, porque está situada no campo das reflexões, enquanto a Moral se refere às práticas do comportamento humano, dos costumes, dos hábitos e dos valores.

Do ponto de vista etimológico a Ética e a Moral significam a mesma coisa, contudo, há um limiar tênue entre uma e outra, podendo ser observado na medida que se aprofunda nos temas.

Para Vazquez (2003, p.21):

A ética é teoria, investigação ou explicação de um tipo de experiência humana ou forma de comportamento dos homens, ou da moral, considerado, porém, na sua totalidade, diversidade e variedade. A moral é o estudo dos costumes de uma determinada sociedade numa determinada época e lugar.

4. ÉTICA CRISTÃ

Durante a Idade Média, o cristianismo se estabeleceu como teoria no campo filosófico; a representação ocidental do “divino” não era mais a natureza e passou a encarnar uma pessoa: Jesus Cristo.

Neste período a Moral passa a ser entendida como a busca da perfeição “imitação de Cristo”, característica de cada ser humano. E nesta nova concepção da pessoa humana o indivíduo é o próprio cerne do processo civilizador ocidental, tendo como resultado todos os direitos da pessoa humana.

A ética cristã articula liberdade e vontade; apresenta essa última como essencialmente dividida entre o bem e o mal.

Foi o cristianismo que subordinou o ideal de virtude à ideia de dever e de obrigação, fazendo da humildade uma virtude essencial, o que, até então, era desconhecido pelos antigos.

4.1 Idade Média

A Idade Média é o nome do período da história localizado entre os anos 476 e 1453. A nomeação “Idade Média” é utilizada pelos historiadores dentro de uma periodização que engloba quatro idades: Antiga, Média, Moderna e Contemporânea. Quando nos referimos à Idade Média, geralmente referimo-nos a assuntos relacionados, direta ou indiretamente, com a Europa.

A Idade Média iniciou-se com a desagregação do Império Romano do Ocidente, no século V. Isso deu início a um processo de mescla da cultura latina, oriunda dos romanos, e da cultura germânica, oriunda dos povos que invadiram e instalaram-se nas terras que pertenciam a Roma, na Europa Ocidental.

Considera-se como marco final da Idade Média o ano de 1453, quando os turcos otomanos tomaram a cidade de Constantinopla, capital do Império Bizantino, ou Império Romano do Oriente.

Muitas mudanças levaram ao fim da Idade Média. O sistema feudal se enfraqueceu, com o crescimento do poder dos reis em países como Portugal, Espanha, França e Inglaterra. Na década de 1450 foi inventada a imprensa, que permitiu a produção de livros em larga escala. Com isso, as pessoas se tornaram mais instruídas. Também teve início o Renascimento, período de grande desenvolvimento do conhecimento e das artes. As grandes navegações abriram novos horizontes. Os europeus chegaram à América, o que provocou mudanças na maneira como o mundo era percebido. Começavam assim os tempos modernos.

A Idade Média é dividida pelos historiadores em duas grandes fases, que são:

- **Alta Idade Média:** século V ao século X;
- **Baixa Idade Média:** século XI ao século XV.

Durante a Alta Idade Média, a Europa passava pelas transformações derivadas da desagregação do Império Romano e o feudalismo estava em formação. A Baixa Idade Média foi o período auge do feudalismo e no qual a Europa começou a sofrer transformações oriundas do renascimento urbano e comercial.

4.1.1 Santo Agostinho

Iniciamos o percurso pela própria proposta que desperta Agostinho, isto é, o problema do mal numa perspectiva metafísico-ontológico, através do questionamento/problema: “Qual a origem do mal?”.

Agostinho, como estudioso, lê Cícero, que lhe impulsiona na busca da sabedoria e da verdade. Aproximou-se do maniqueísmo pela resposta oferecida ao problema metafísico-ontológico do mal; rompeu com os maniqueístas e construiu uma nova interpretação, para o problema do mal ontológico, com implicações ético-moral, considerando a ajuda e a influência da filosofia neoplatônica e dos teólogos de Milão,

Toda esta construção mostrava que o homem precisava bem viver, mas para isto acontecer era necessário ter uma vida pautada na reta ordem divina. Defendia que tudo que Deus criou era bom, contudo, o mal rompeu com a hierarquia da reta ordem divina. Assim considerava que a beatitude do homem só poderia ser encontrada em Deus, mas para isto o homem precisava ser curado do pecado pela graça divina e, somente quando isto acontecesse, poderia viver segundo a hierarquia da reta ordem divina, mesmo que dentro de um mundo temporal.

Agostinho passa a entender e a praticar o amor como fundamento do seu ético-moral. Todavia este amor não era simplesmente amar de qualquer forma, mas sim amar segundo o que o próprio Deus estabeleceu. Assim, tem-se aqui uma hierarquia estabelecida pelo divino, o viver ético-moral e que o homem precisava ser regido por esse princípio. O amor era o fundamento do ético-moral em Agostinho e para tanto era necessário saber fruir ou utilizar as coisas, o “uti-frui”.

Viver de forma ético-moral era, segundo a reta ordem divina, ter o amor ordenado, em que a graça divina ajudasse o homem, mas para isso ele precisaria viver ético e moralmente pela reta ordem. Isto implicava no agir ético-moral do homem, ou seja, agir de forma justa, dando a cada um o que era seu de

direito. Isso resultaria em viver em harmonia com todas as coisas, mas ao homem caberia saber o valor ou a intensidade de amor que deveria atribuir às coisas.

Agostinho colocava o amor numa hierarquia onde Deus ocupava o primeiro lugar; o homem e o seu próximo, logo a seguir, e somente depois desses dois, os objetos temporais e, mesmo assim, estes últimos estando em função de Deus.

A estrutura do *uti-frui* era fundamental para a construção ético-moral agostiniana e toda moral estava ligada, de forma ontológica, ao dever de buscar a verdadeira felicidade. Assim, o homem precisava usar retamente os valores do amor, ordenando para se aproximar do bem supremo e só agindo assim o amor se tornaria um bem para o próprio homem e o seu próximo.

O amor era conduzido pela vontade, uma expressão de liberdade, mas deveria levar o homem para Deus e guiar toda a sua vida ético-moral, para que as escolhas fossem dentro da reta ordem divina do que deveria ser amado.

Na concepção de Agostinho o amor à natureza humana era uma questão ontológica, objetivada pelo livre-arbítrio, o que pela razão de ser orientava o ser para Deus e se manifestava no *modus vivendi*, no ético-moral.

A questão moral estabelecida pelo filósofo era saber o que necessitava ser amado e a ordem do amor era o que redirecionava o homem, sendo esse amor o que colocava o homem na “reta ordem divina”. É a ordem do amor que deu à antropologia de Agostinho o significado ético-moral e era o amor ordenado que faria o homem encontrar a beatitude que, incansavelmente, deveria buscar.

4.1.2 Tomás de Aquino

Tomás de Aquino (1225-1274) foi um frade dominicano, responsável pela orientação e proteção religiosa da sociedade de sua época. Seu maior mérito foi aplicar a visão aristotélica na doutrina cristã, fato que colaborou com o surgimento da Escolástica.

De acordo com Aquino, a união do corpo e da alma formava a identidade e dignidade de uma pessoa. Acreditava também que somente por meio do exercício da razão humana, aliado à revelação divina, o homem poderia atingir a perfeição das virtudes.

Essa vertente de pensamento afirma que Deus era o legislador e os padres os intérpretes da lei.

Para Tomás de Aquino a fé e a razão estavam unidas e entre elas não poderiam haver contradições, pois seriam sempre direcionadas a Deus. Esse pensador também afirmava, segundo sua teoria, que toda a criação era boa e que tudo o que existe é bom, desde quando se está sob a orientação dos mandamentos de Deus e que o mal é a ausência da perfeição divina.

4.2 Ética protestante e o espírito do capitalismo (Weber)

Nos anos de 1904 e 1905 o sociólogo Karl Emil Maximilian Weber (1864-1920) produziu para a revista alemã “Arquivos de Ciências Sociais e Política Social”, os textos que deram origem a sua obra “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo” (no original em alemão Die protestantische Ethik und der 'Geist' des Kapitalismus).

O cerne da reflexão weberiana é apreender o fenômeno observado na transição do século XVI para o XVII, caracterizado pelo protestantismo relacionado diretamente ao desenvolvimento do sistema econômico capitalista. O conceito de vocação – entendido como chamado de Deus para o exercício profissional - que ainda era apresentado como base motivacional do moderno sistema econômico capitalista.

Weber foi responsável por relacionar o papel do protestantismo cristão à formação do comportamento típico do capitalismo moderno. E através de seus estudos foram descobertos que os valores do protestantismo (a disciplina ascética, a poupança, a austeridade, a vocação, o dever e a valorização do trabalho como instrumento de salvação da ética protestante) promoveram o surgimento do capitalismo. Tais valores foram incorporados à ética ocidental como a estrutura da confiança, o valor essencial, a manutenção da sociedade do contrato, sendo assim designado como sociedade burguesa.

Ressalta-se que foi através da concepção weberiana que foi apresentada a valorização do trabalho e da riqueza produzida como um dever moral.

4.3 Immanuel Kant

Immanuel Kant nasceu em 1724, na cidade de Königsberg, na Prússia, onde estudou, ensinou e viveu até a sua morte, em 1804. Descendia de uma família modesta que deixou a Escócia cem anos antes do seu nascimento. A mãe era uma devota pietista e o pai um modesto artesão correeiro. De 1732 a 1740, frequentou o Collegium Fredericianum, obtendo uma formação clássica. Logo a seguir, como aluno na Universidade de Königsberg, em 1755, iniciou a atividade de docente e exerceu, durante 15 anos, a função em caráter provisório. Por duas vezes se candidatou ao cargo de professor efetivo, mas só em 1770 foi nomeado catedrático de lógica e metafísica. Durante este período escreveu um tratado de pedagogia, do qual apresentava recomendações pedagógicas excelentes, embora não utilizasse nenhuma.

A Ética de Kant foi considerada, durante muito tempo, como referência da ética iluminista, considerado um típico representante do iluminismo. Acreditava no poder da razão e na eficácia da reforma das instituições e através desta teoria chegou a afirmar que a paz perpétua estaria assegurada quando todos os países fossem repúblicas.

Na obra “Crítica da Razão Prática”, Kant procura responder a questão: “Que forma deve um preceito assumir para ser reconhecido como moral?”

Kant (2008) aborda esta questão a partir de uma asserção inicial de que nada é incondicionalmente bom, exceto a boa vontade. A saúde, a riqueza, o intelecto, são bons apenas quando são bem usados. O único motivo da boa vontade é cumprir o seu dever pelo dever. O que quer que procure fazer, faça porque esse é o seu dever.

Segundo o filósofo, o homem, constantemente, era colocado a prova no sentido de ter que escolher entre as suas inclinações e o cumprimento do dever, uma vez que a obediência à lei estava acima de todas as coisas. Ao se referir à lei Kant não afirmava que deveria, em todas as circunstâncias, respeitar as leis positivas, mas que o dever obrigava o cumprimento da Lei Moral.

Contudo, qual é o conteúdo da Lei Moral? Como tomar consciência do seu conteúdo? Toma-se consciência da Lei Moral quando é realizada a seguinte pergunta: posso universalizar a minha resposta? O teste do imperativo categórico reside na sua universalização, ou seja, pode-se fazer dela uma lei universal?

O exemplo dado aqui é o do cumprimento da promessa, uma vez que se as pessoas não derem garantia de cumprimento das promessas, imediatamente, deixam de ter qualquer sentido fazê-las, porque finda a confiança entre as pessoas.

A Lei Moral não tem efetivamente conteúdo; uma vez que acaba sendo uma expressão puramente formal e limita-se aos contornos do imperativo categórico. Esse formalismo da ética kantiana tem sido visto, por alguns, como a expressão da vitória da razão e da autonomia do agente cognoscitivo e, por outros, como uma posição carregada de esterilidade, que permite, na verdade, integrar todas as posições e condutas.

Em seu livro *Crítica da Razão Prática* (2008), Kant considera que a religião se baseia, não na ciência e na teologia, mas, sim, na moral. Mas para isso a base moral da religião deve ser absoluta e não derivada da experiência sensorial ou da dedução. É preciso encontrar uma ética universal e necessária.

"Os princípios *a priori* da moral são absolutos e certos como os da matemática. Devemos mostrar que a razão pura pode ser prática, isto é, pode por si mesma determinar à vontade, independentemente de qualquer coisa empírica e que o senso moral é inato e não derivado da experiência. O imperativo moral requerido para base da religião deve ser um imperativo absoluto e categórico" (Durant (s/d). p. 274).

Exemplificando a sua noção de imperativo categórico, Kant, op. cit. dá o exemplo da mentira:

"quero sair-me de apuros dizendo uma mentira? Mas embora podendo querer a mentira, não posso de modo algum pretender que mentir seja uma lei universal. Pois com semelhante lei não poderia haver compromissos. Daqui o ter eu a impressão de que não devo mentir, mesmo que mentir me traga vantagens. A prudência é condicional; o seu lema é: proceder honestamente, quando for a melhor tática; mas a lei moral é em nossos corações incondicional e absoluta" (Durant (s/d). p. 275)

Este exemplo ilustra o formalismo da ética kantiana, que levado às últimas consequências quer dizer que se deve ignorar os contextos e os particularismos no processo de tomada de decisões morais. Sabe-se que a vida não pode se isolar das circunstâncias, que não existe, na verdade, um Homem universal pairando sobre as circunstâncias, como pensava Kant, mas existia um Homem situado, profundamente dependente da sua herança cultural e condicionado pelas suas circunstâncias. E o que é uma boa ação?

"Uma ação é boa não pelo bom resultado ou pela sua sensatez, mas por ser feita em obediência a este íntimo sentimento do dever, a esta lei moral que não procede da nossa experiência pessoal, mas legisla

imperiosamente e a priori sobre o nosso procedimento passado, presente e futuro. A única coisa incondicionalmente boa deste Mundo é a boa vontade - a vontade de obedecer à lei moral, independentemente do seu proveito ou desvantagem para nós". (Durant (s/d). p. 275).

O imperativo categórico obriga, incondicionalmente, um proceder para consigo e para com os outros sempre como um fim e nunca como um meio.

Vivendo no respeito pelo imperativo categórico, pode-se construir uma comunidade racional ideal. Mas o que é o imperativo categórico? A linguagem imperativa é prescritiva e os imperativos podem ser hipotéticos ou categóricos. Os primeiros são condicionais, os segundos são absolutos. Para Kant, a concepção de um princípio objetivo, na medida em que se impõe necessariamente a uma vontade chama-se mandamento, e a fórmula deste mandamento chama-se imperativo. Todo o imperativo que manda incondicionalmente como se o ordenado fosse um bem em si, é categórico.

Kant, op. cit., formula o imperativo categórico de várias maneiras:

- 1) "obra só de acordo com a máxima pela qual possas ao mesmo tempo querer que se converta em lei universal" (fórmula da lei universal);
- 2) "obra como se a máxima da tua ação devesse converter-se pela tua vontade em lei universal da Natureza" (fórmula da lei da Natureza);
- 3) "obra de tal maneira que uses a humanidade tanto na tua própria pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre por sua vez como um fim, nunca simplesmente como um meio" (fórmula do fim em si mesmo);
- 4) "obra de tal modo que a tua vontade possa considerar-se a si mesma como constituindo uma lei universal por meio da sua máxima" (fórmula da autonomia);
- 5) "obra como se por meio das tuas máximas fosses sempre um membro legislador em um reino universal de fins" (fórmula do reino dos fins).

O imperativo categórico kantiano tem sido objeto de várias críticas: a objeção sociológica considera que ele é a matriz de uma ética burguesa; a objeção teológica afirma que é o ponto culminante de uma ética autônoma que atribui ao homem a possibilidade de encontrar o bem sem a inspiração divina; a objeção psicológica afirma que ele faz depender a ética exclusivamente da vontade; a objeção filosófica afirma que é um imperativo inteiramente subordinado à razão,

que pode ser contrário aos imperativos da vida. Decorrente do imperativo kantiano é a crença de que cada um de nós é um agente moral autônomo, entregue apenas à autoridade da razão e sem a presença de nenhuma autoridade externa, nem mesmo divina, capaz de proporcionar um critério objetivo para a moralidade. A ética kantiana

"faz do indivíduo o soberano moral; torna-o capaz de rejeitar todas as autoridades externas. Deixa o indivíduo livre para perseguir tudo aquilo que ele quiser, sem sugerir que ele deve fazer outra coisa. Os exemplos típicos do imperativo categórico kantiano dizem-nos o que não fazer: não quebrar as promessas, não dizer mentiras, não cometer suicídio, etc. Mas em relação às atividades que devemos realizar e aos fins que devemos perseguir, o imperativo categórico parece ficar em silêncio". (MacIntyre, 1998, p.197)

O teste kantiano para uma verdadeira máxima moral é o teste da universalidade. Com esse teste não há lugar para a existência de verdadeiros conteúdos morais, porque a noção kantiana do dever é tão formal que pode admitir quase todos os conteúdos. Kant simpatizava com a revolução francesa e mostra ao longo da sua obra uma clara antipatia para com o servilismo e o paternalismo. Amava acima de tudo a independência de espírito e acreditava no poder libertador da razão e da educação.

"A vitória aparente da Revolução sobre os exércitos reacionários em 1795 levou Kant a esperar que as repúblicas se espalhariam então por toda a Europa e surgiria a ordem internacional baseada numa democracia sem servidão nem explorações e empenhada na manutenção da paz. A função do governo é, afinal de contas, auxiliar e desenvolver o indivíduo e, não, usar e abusar dele. Todo o homem deve ser respeitado como um fim absoluto em si mesmo - e é um crime contra a sua dignidade de ser humano utilizar-se do homem como mero instrumento para algum fim no exterior". (Durant (s/d). p. 282).

Na Crítica da Razão Prática, Kant (2008) coloca o problema da moralidade de uma forma profundamente inovadora, respondendo a questão sobre as origens da bondade de um ato. O filósofo afirmava que nos sistemas anteriores de ética procurava a moralidade no fim dos atos, o quer dizer que fazendo assim radicaria a bondade e adaptando-a a um fim concreto determinado. Assim, por exemplo, os hedonismos descobrem este fim no prazer, ou a moral religiosa, assinalando-o no cumprimento de uma lei divina. Mas aquele que age assim, diz Kant, não age por razões morais, mas por algo alheio à própria moral, já que a verdadeira moral não é heterônima (lei alheia, imposta), mas autônoma. Assim

apenas age moralmente aquele que o faz por respeito à Lei, sem razões distintas a este mesmo cumprimento. E que lei é essa em que se assenta toda a moralidade? Kant encontra uma nova forma, uma forma da razão prática, o espaço e o tempo, que eram parte de uma razão especulativa.

Esta nova forma classifica-se como imperativo categórico ou lei moral em que deste o agir, norma de conduta, possa dar origem a uma norma de conduta universal. Assim, se perante uma ação qualquer pode-se admiti-la sinceramente como norma de conduta geral, essa ação é legítima moralmente; caso contrário, não. Esta lei ou imperativo é puramente formal, uma vez que em si mesma não ordena nada em concreto, mas serve para quaisquer tipos de conteúdo ou atos. Segundo Kant, não se deve praticar um ato porque é bom, mas é bom porque se deve fazer. A moral radica apenas em uma forma do agir - o da razão prática.

Vale ressaltar, que segundo Kant, estas regras são puramente formais, pois não fornecem receita material para nenhuma norma de conduta. Só a intenção formal conta - "age como deve, suceda o que suceder". A liberdade do Homem consiste no agir por dever. E a reta conduta torna-me digno de felicidade, mas não a garante. Agindo por dever cumpro o papel de ser moral, mas não garanto a minha felicidade, tornando-me apenas digno dela.

Mas, então, qual é a relação existente entre moralidade e felicidade? O pensador afirmava que a felicidade era o bem-estar máximo no nosso estado presente e em toda a nossa condição futura. Contudo, não aceitava que a felicidade fosse sinônimo de satisfação dos nossos desejos e inclinações. A vida moral nos torna dignos de ser felizes, mas não constitui um passaporte para a felicidade. Para ser digno da felicidade era necessário ser virtuoso, mas a virtude baseava-se na autonomia da razão, mas deveria ser desinteressada e não poderia depender de nenhuma autoridade externa, tão pouco poderia ser condicionada pelo medo ou pelo interesse.

A noção de boa vontade apresenta-se como central na ética kantiana, porque era a única coisa que poderia ser considerada boa, sem quaisquer restrições. É a boa vontade que distingue um ato reto de um ato mau. Por fim, segundo Kant, a inteligência, a coragem e o autodomínio não são, em si, qualidades morais, porque podiam ser usadas para o bem ou para o mal.

4.3.1 Moral kantiana

A moral kantiana foi concebida por Immanuel Kant (1724-1804), filósofo prussiano. Sua principal intuição era que o indivíduo devia ser livre para agir "não em virtude de qualquer outro motivo prático ou de qualquer vantagem futura, mas em virtude da ideia de dignidade de um ser racional que não obedece a outra lei senão àquela que ele mesmo simultaneamente se dá" (Kant, 1785: 16). A ação moral exigia a autonomia do agente e ser autônomo era obedecer a si mesmo ou ao que vinha de dentro. É o inverso do heterônomo (o que obedece a ordem do outro, obedece ao que vem de fora). Não se podia falar em ética sem autonomia, pois a ação heterônoma (cuja vontade vem de fora) não era uma ação ética. A moral aristocrática e a utilitarista não eram eticamente válidas porque dependiam de algo exterior, sendo a primeira, de ideais transcendentais e a segunda, de ideais imanentes.

Para realizar a autonomia, a ação moral devia obedecer apenas ao imperativo categórico, validando o bom senso interior, que nós temos, que é o de perceber que não somos instrumentos e sim agentes. Nunca instrumentalizar o homem era a exigência maior do imperativo categórico. Por isso, Kant fornece uma regra para saber se uma decisão obedecia ou não ao imperativo categórico, que é a indagação de si mesmo, se a razão que faz agir de determinada maneira pode ser convertida em lei universal, ou seja, válida para todos os homens. Caso a resposta fosse negativa, esta ação não era digna de um ser racional, não era eticamente boa, pois faltava a autonomia, e estaria agindo premido por circunstâncias exteriores. O bem ético era um bem em si mesmo. Ao realçar a exigência da autonomia da ação moral, Kant desperta a questão da liberdade ética. O conceito de liberdade ética parte da distinção entre ação reflexa e ação deliberada. A ação deliberada é aquela que resulta de uma decisão, de uma escolha; é o mesmo que ação autônoma. A ação reflexa é "instintiva", independe da vontade do agente. Apenas as ações deliberadas podem ser analisadas sob o ponto de vista ético. A exemplo desta situação cita-se o caso gato que mordeu o homem por ter pisado na sua cauda. O gato tentou se afastar do que lhe era um mal, mas não podemos dizer que escolheu morder o homem. Logo, não se pode dizer que o gato agiu de forma imoral ou antiética.

A questão da liberdade ética pode ser assim resumida, através do questionamento e da resposta à questão: “Levando em conta que somos animais e, que, ocasionalmente, agimos de forma reflexa; em quais condições nossa ação pode ser considerada uma ação deliberada?”

Henri Bergson (1859-1941) e Jean-Paul Sartre (1905-1980) respondem a essa pergunta de forma radical: “O livre-arbítrio é a qualidade que melhor define o homem. A própria condição humana exige que todo ato humano seja um ato de escolha, seja uma ação deliberada. O homem está condenado à liberdade, porque nunca pode decidir não escolher. Diante da consciência de que nos vemos forçados a realizar algo por imposição exterior, passamos a ter liberdade de escolher entre entregar-se à ação ou ir de encontro a ela”.

5. ÉTICA PROFISSIONAL

A atuação profissional deve ser lembrada de maneira pessoal, mas ressaltando-se no trabalho em equipe, haja vista que muito dificilmente a coletividade não influencia na relação laboral.

Neste sentido, devemos lembrar que a forma de atuar profissionalmente requer princípios gerais que norteiam não apenas uma pessoa, mas sim um grupo de pessoas que atuam no âmbito profissional. Assim pode-se definir ética profissional como conjunto de atitudes e valores positivos aplicados no ambiente de trabalho. A ética no ambiente de trabalho é de fundamental importância para o bom funcionamento das atividades da empresa e das relações de trabalho entre os funcionários.

5.1 Deontologia

A palavra *déon* quer dizer dever, ou o que se deve fazer. Vem do grego “*déon*” que quer dizer o obrigatório, o justo, o adequado. A palavra *lógos* pode ser interpretada como sendo palavra, discurso, doutrina ou tratado; então, deontologia significa doutrina, tratado ou ciência do dever ou dos deveres; também, a doutrina, o tratado ou a ciência do que se deve fazer.

“Profissional” é adjetivo do substantivo “profissão” (que vem da palavra latina *professione* e quer dizer ato ou efeito de professar). Sendo assim, Deontologia profissional significa discurso, doutrina, tratado, teoria ou ciência do dever profissional.

Falar de deontologia profissional é, pois, falar do conjunto de deveres, princípios e normas adotados por grupos profissionais, ou seja, por grupos que exercem uma determinada profissão. Portanto, diz respeito a todas as profissões e possui caráter normativo e, até, jurídico, porque regulamenta as profissões.

Também é chamada por ética profissional, porque a deontologia profissional faz convergir aspectos profissionais de relevância humana, que ultrapassam o campo do dever profissional em si.

A deontologia profissional é chamada por ética profissional também, devido ao fato de constituir uma das grandes divisões da ética. Entre as várias divisões encontradas destaca-se, algumas consideradas as mais simples: a Metaética, a Ética Normativa e a Ética Aplicada.

Ressalta-se que Deontologia profissional ou ética profissional é o conjunto das normas de condutas que devem ser postas em prática, por qualquer indivíduo no exercício de sua profissão.

5.2 Códigos de ética

Cada sociedade e cada grupo possuem seus próprios códigos de ética. Num país, por exemplo, sacrificar animais para pesquisa científica pode ser ético, já em outro, essa atitude pode ser considerada um desrespeito a um princípio ético, o de não utilizar animais para estes fins. Aproveitando o exemplo, a ética na área de pesquisas biológicas é denominada bioética.

Além dos princípios gerais que norteiam o bom funcionamento social, existe também a ética de determinados grupos ou locais específicos, como são os casos da ética médica, da ética profissional (trabalho), da ética empresarial, da ética educacional, da ética nos esportes, da ética jornalística, da ética na política, e outras.

Abaixo alguns pontos importantes para o dia a dia de uma organização e para o ambiente de trabalho, considerando o sentido ético, para melhor e maior aproveitamento do profissional:

- Maior nível de produção na empresa;
- Favorecimento da criação de um ambiente de trabalho harmonioso, respeitoso e agradável;
- Aumento no índice de confiança entre os funcionários.
- Importante destacar ainda alguns exemplos de atitudes éticas, que todo o trabalhador deve praticar e ter o cuidado, quando estiver no ambiente de trabalho:
- Educação e respeito entre os colaboradores;
- Cooperação e atitudes que visam ajudar os colegas de trabalho;
- Divulgação de conhecimentos que possam melhorar o desempenho das atividades realizadas na empresa;
- Respeito à hierarquia dentro da empresa;
- Busca de crescimento profissional sem prejudicar outros colegas de trabalho;
- Ações e comportamentos que visam criar um clima agradável e positivo dentro da empresa como, por exemplo, manter o bom humor;
- Realização, em ambiente de trabalho, apenas de tarefas relacionadas ao trabalho;
- Respeito às regras e normas da empresa.

5.2.1 Tipos de código de ética

Códigos de Ética Profissionais: Evidenciam os direitos, deveres, as proibições – condutas vetadas no exercício da profissão - e as sanções e punições (éticas e disciplinares), no caso de desobediência ao código. Cada código de ética especifica o papel da profissão na sociedade e a importância do respeito à dignidade humana no exercício de cada profissão. Há vários códigos de ética e das mais diversas profissões, sendo alguns: código de ética dos médicos, dos psicólogos, dos enfermeiros, do contador, do assistente social, dentre outros, etc.

Códigos de Ética Empresariais: Evidenciam a missão, a visão, os valores e princípios que norteiam a organização e que devem ser conhecidos e respeitados pelos seus funcionários. É por meio do código de ética institucional que

a função da empresa na sociedade e os valores que ela cultiva são percebidos e perpetuados.

Os conselhos profissionais e das instituições, geralmente, possuem um conselho de ética que é o responsável por definir e elaborar o conteúdo do documento. O conselho de Ética é formado por profissionais conceituados, escolhidos pela classe profissional que a representam, sem vínculo empregatício com os Conselhos, mas possuem responsabilidade ética legal sobre os assuntos da categoria. Atuam como tribunais, julgando as situações que podem gerar sanções éticas ou disciplinares e são baseados nas regulamentações dos códigos.

No mundo tem acontecido encontros para a formulação de um conjunto de padrões éticos com o intuito de serem aplicados em todas as organizações. Em um encontro na cidade de Caux, Suíça, em 2004, líderes empresariais europeus, norte-americanos e japoneses elaboraram um código internacional de ética respaldado num conjunto de valores compartilhados mundialmente, sendo eles a veracidade, a integridade, a equidade e a igualdade.

Esse código internacional de ética é constituído por 13 princípios que abrangem as mais variadas interfaces das organizações (FERRELL, 2001):

- Responsabilidade das empresas
- Impacto social e econômico das empresas
- Conduta empresarial
- Respeito às regras
- Apoio ao comércio multilateral
- Respeito ao meio ambiente
- Prevenção de operações ilícitas
- Relações com cliente
- Direitos e deveres dos colaboradores
- Agregação de valor para proprietários e investidores
- Parceria com fornecedores
- Práticas com relação à concorrência
- Inserção da comunidade nas decisões empresariais

As organizações que criam um clima transparente, de confiança e respeito mútuo, possuem um recurso valioso para gerar credibilidade, interna e ex-

terna, e é um incentivo para o sucesso. É vantajoso para a empresa ser considerada ética, pois tal reputação produz um efeito positivo poderoso sobre suas relações com as partes interessadas.

5.2.2 Tendências códigos de ética profissional

1ª TENDÊNCIA- As normas são orientadas por uma posição positivista onde o que vale são os fatos. Assim, se no dia a dia o profissional usa o seu cliente como meio de ganhar dinheiro e não como fim último da sua ação; essa prática será vista como legítima e assegurada oficialmente.

2ª TENDÊNCIA- Outra tendência bastante comum é aquela que se diz disposta a enfrentar as práticas estabelecidas e colocar-se diante delas com olhar crítico e questionador.

3ª TENDÊNCIA- Consiste em uma tentativa real de avaliação dos códigos elaborados e da prática cotidiana dos profissionais, tendo em vista verificar os seus méritos e os seus defeitos a fim de sugerir as alterações necessárias.

4.2.3 Características Fundamentais de uma Conduta Ética

➤ Deveres

Sá (2007, p. 162) considera que deve-se entender por deveres profissionais “as capacidades necessárias ou exigíveis para o desempenho eficaz da profissão”. É necessário entender que o propósito do exercício de uma profissão é a prestação de serviços a terceiros. Deste modo, torna-se uma obrigação do profissional, face ao seu ofício, colocar em prática todas as habilidades e capacidade profissionais exigíveis e aplicáveis no cumprimento das tarefas afins, visando atender plenamente as necessidades do(s) solicitante(s). Cabe lembrar que os deveres profissionais não vêm do nada, mas começam a partir da escolha da profissão, e, partir de então, é importante consultar a consciência pessoal, avaliar se a escolha é realmente a desejada, se corresponde às expectativas do candidato(a) e se há, realmente, inclinação para tal profissão.

A escolha de uma profissão pressupõe ter um conhecimento das tarefas dessa profissão; a ideia das tarefas da profissão escolhida exige uma noção dos deveres que lhe são inerentes; esta, por sua vez, e em junção com as outras duas, implica no dever de executar devidamente as tarefas, através do domínio,

respeitando, observando e cumprindo os deveres. Depreende-se daqui que a escolha da profissão deve coincidir com a vocação do pretendente. Mas e nos casos em que não há escolha da profissão ou que não coincida com a vocação da pessoa. O que se deve fazer? Não há outra escolha senão, uma vez já exercendo a profissão, observar, respeitar e cumprir as normas e os deveres.

➤ **Virtude**

A virtude pode ser entendida como a disposição ou a aptidão que se adquire na prática da vida e se torna habitual para um bom comportamento moral. Virtude é, portanto, habilidade ou capacidade de dominar situações da vida e os problemas que provêm da ação; ela não pode ser aprendida e nem transmitida teoricamente, pois é adquirida na prática e na vida. No entanto, essa prática deve refletir na perspectiva da exigência moral. Virtude é, então, uma qualidade adquirida da razão prática para o hábito comportamental moral.

Para Platão, a virtude é o conjunto de disposições que contribuem para uma vida boa: a sabedoria, a coragem, a temperança e a justiça. Platão identifica a virtude com a sabedoria, isto é, para o filósofo, a virtude é o mesmo que sabedoria. Seguindo este pensamento, a virtude não é uma inclinação natural da pessoa, ou mesmo um hábito adquirido pela repetição dos atos sem intervenção da inteligência, ou seja, sem reflexão. Platão defende que só há uma virtude, a sabedoria, embora suscetível a outros conceitos derivados. Esses conceitos, segundo o pensador, são quatro: a justiça, a coragem, a temperança (moderação, sobriedade) e a piedade. Para o filósofo, a virtude, sendo sabedoria, é acessível a todos os que procuram o verdadeiro conhecimento e é atingível através da educação que se aprofunda através da reflexão. É daqui o postulado segundo o qual aquele que conhece o bem fará o bem; que o vício é uma forma de ignorância. A virtude, para Platão, não se transmite, não se ensina; ela é descoberta através da reflexão.



Assim, contextualizando observa-se que as virtudes intelectuais, estão ligadas à inteligência e as virtudes morais, estão relacionadas ao bem. A virtude intelectual consiste na capacidade de aprender com o diálogo e com a reflexão em busca do verdadeiro conhecimento. A virtude moral, por sua vez, é a ação ou comportamento moral; é o hábito que é considerado bom de acordo com a ética.

Exemplos de virtude:

Altruísmo: preocupação com os interesses do outro de uma forma espontânea e positivista.

Moralidade: conjunto de valores que conduzem o comportamento às escolhas, às decisões e às ações.

Virtude: pode ser definida como a “excelência humana” ou aquilo que nos faz plenos e autênticos.

Solidariedade: princípio que se aplicado às relações sociais orientam a vivência e o convívio em harmonia do indivíduo com os demais.

Consciência: capacidade ou percepção em distinguir o que é certo ou errado de acordo com as virtudes ou a moralidade.

Responsabilidade ética: consenso entre responsabilidade (assumir consequências dos atos praticados) pessoal e coletiva.

Para Aristóteles a virtude é aquilo que completa de forma excelente a natureza de um ser. Se a virtude do cavalo é correr bem, a do homem é agir conforme a razão, ou seja, segundo o Meio Justo entre duas atitudes ou comportamentos extremos. Assim, a coragem é o meio justo entre o medo e a temeridade; a temperança entre o desregramento e a insensibilidade; a calma (mansidão) é o justo meio entre a cólera e a apatia; a liberdade entre a prodigalidade e a avareza; a magnificência é um justo meio entre a falta de gosto e a mesquinhez; a magnanimidade entre a vaidade e a humildade; a afabilidade entre obsequiosidade e o espírito conflituoso; a reserva é o justo meio entre a timidez e o desembaraço; a justa indignação é o justo meio entre a inveja e a maledicência; a justiça entre a injustiça por defeito e a injustiça por excesso. A prática moral é, neste caso, a permanente tentativa de encontrar o equilíbrio entre duas atitudes ou comportamentos exagerados por defeito ou por excesso.

Aristóteles defende, contrariamente a Platão, que a virtude pode ser ensinada, no entanto, ela é mais produto do hábito do que ensino.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa apostila foi discutido, no primeiro tópico, a Dimensão Humana da Ética, aquela em que o agente, enquanto sujeito moral, é dotado de intencionalidade. Os temas abordados possibilitam o aprimoramento da Consciência Moral, que se manifesta como uma espécie de voz interior que alerta, censura, sanciona e reprime na ocasião de uma ação, seja ela boa ou má. Essa discussão faz-se necessária, tendo em vista o objetivo, que é o de evidenciar a responsabilidade dos profissionais na disseminação dos valores éticos e morais, por meio do exemplo (retidão de caráter e dignidade no exercício profissional).

Foram apresentados também os conceitos de Ética, embasados nas definições da Ética no ramo da Filosofia; como um ramo das Ciências, como objeto, seus objetivos e sua função da Ética, bem como os vícios e virtudes, suas teorias, que explicam os conceitos éticos que fundamentam o exercício de atividades profissionais.

Não propomos aqui oferecer uma receita ou apresentar princípios que devam ser seguidos dogmaticamente, mas ao contrário disso, a intenção é continuar no caminho da reflexão. E para tanto, foram levantados alguns pontos que servirão como apoio à sua caminhada acadêmica e profissional.

7. REFERÊNCIAS

ARCHER, Luís (coord.). **Bioética**. São Paulo: Editorial Verbo, 1996.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. 2ª ed. Lisboa: Quetzal Editores, 2006.

BOFF, Leonardo. **Ética e Moral: a busca dos fundamentos**. 9ª ed., São Paulo: Editora Vozes, 2014.

BORGES, Maria de Lurdes et al. **Ética**. Rio de Janeiro, DP & A: Editora Ltda, 2003.

CORTINA, A.; MARTINEZ, E. **Ética**. São Paulo, Edições Loyola, 2005.

DURANT, W. (S/D). **História da Filosofia**. Lisboa: Livros do Brasil, p. 282.

DURANT, W. (S/D). **História da Filosofia**. Lisboa: Livros do Brasil, p. 274 – 275.

FERNANDES, Vladimir. **Filosofia, comunicação e ética**. São Paulo: Editora Sol, 2011, p. 92.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa**. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2010. 895 p. ISBN 978-85-385-4240-7.

GAMBRA, R. **História da Filosofia**. Lisboa: Planeta Editora, 1993, p. 186.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Prática**. Trad. Valério Rohden. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes e Outros Escritos**. São Paulo: Martin Claret: 2004.

MACLINTYRE, A. (1998). **A Short History of Ethics**. Notre Dame: **University of Notre Dame Press**. Editora University of Notre Dame Press, 1998, p.197.

PASSOS, Elizete. *Ética nas organizações*. São Paulo: Atlas, 2004.

SILVA, F. L. **Breve Panorama Histórico da Ética**. Revista Bioética, Título: Bioética, v. 1, nº. 1, p. 7 – 11, 1993.

SROUR, Robert H. *Ética empresarial: a gestão da reputação*. Rio de Janeiro. Elsevier, 2003.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. *Ética*. trad. de João Dell’Ana. 24 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.